

SESSÕES DO PLENÁRIO

120ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARIA LUIZA LAUDANO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(A Srª Presidenta procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Carlos Brasileiro, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do 1º Secretário da Câmara Municipal de Salvador, Arnando Lessa, dando conhecimento do discurso do Vereador Leo Prates, que registra votos de congratulações com a Assembleia legislativa do Estado da Bahia e a Academia de Letras a Bahia em razão do lançamento dos volumes 2 e 3 da Coleção Mestre da Literatura.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para informar que na última sexta-feira fizemos uma importante caminhada, o “Arrastão Roxo”, do Farol da Barra à Ondina. A atividade contou com a participação de lideranças dos diversos bairros de Salvador. Lá nós estendemos um tapete roxo de mais de 100 metros de comprimento, chamando a atenção de toda a população da área para a campanha do “Novembro Roxo”.

Foi uma campanha muito positiva. Queremos agradecer à Polícia Militar, que dela participou dando cobertura ao “Arrastão”. Agradecemos também ao Aristides Maltez, que tem participado efetivamente do “Novembro Roxo”. O hospital não apenas fornece e indica médicos para as palestras que já fizemos e ainda estamos realizando nos bairros, mas também - no próximo dia 14/12 - vai colocar as suas instalações à disposição para fazer exames de prevenção aos cânceres de pênis e próstata.

Portanto, em 14/12, o Hospital Aristides Maltez estará à disposição da população realizando os exames PSA, de toque, de pênis e, se necessário, a cirurgia de fimose. A fimose é uma das causas do câncer de pênis. E ele é um dos mais fáceis de prevenir. Basta apenas água e sabão, como se diz na campanha, ou seja, basta apenas higiene. Mas há alguns casos, como o da fimose, em que é mais difícil fazer a higiene. E, nesse caso, tem de se fazer a cirurgia de fimose.

Então o Aristides Maltez, no dia 14, estará fazendo esse mutirão para detectar o problema de câncer de pênis ou de próstata, fazendo tanto o PSA quanto o exame de toque. Estará à disposição da campanha. Por isso, agradecemos ao hospital, que já forneceu vários médicos para colaborar em palestras de diversas reuniões, dentro desse processo da campanha do “Novembro Roxo”.

Teremos também, no próximo dia 29, a “Baloada Roxa”, no Campo Grande. Estaremos lá mais uma vez. Já estivemos da Barra à Ondina. Agora será no Campo Grande a “Baloada Roxa”, ainda dentro da campanha “Novembro Roxo”. Novembro, naturalmente, é um mês de muitas campanhas.

Há o Novembro Dourado que representa a campanha do câncer infantil; o Novembro Azul lembra a fiscalização do diabetes; o Novembro Roxo não se refere apenas à questão da próstata, mas vai além, porque é o mês de prevenção do câncer da próstata e, também, do câncer de pênis. Há, ainda, o Novembro Negro como o mês da consciência negra.

Então são várias cores em um mês só.

Mas, quanto aos casos de cânceres de próstata e de pênis, eu não tenho nenhuma dúvida de que é bem melhor centralizar e concentrar na cor roxa até para distinguir das demais campanhas como a campanha do diabetes que é simbolizada pela cor azul.

Portanto o Novembro Roxo deste ano ganhou mais força, mais repercussão e

tem sido um sucesso em todos os locais por onde temos passado.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, subo à tribuna apenas para fazer um registro. Na semana passada, subi a esta tribuna para falar sobre os ferryboats. Chegou a esta Casa a denúncia de que o estado havia comprado dois ferryboats. Ambos tinham o calado, profundidade da embarcação, maior para caber nas gavetas de ambos atracadouros. Tal informação veio acompanhada com a denúncia de um empresário ao afirmar que o preço das embarcações estaria superfaturado. Disse, naquele momento, que não tinha nenhum elemento para fazer juízo de valor e que iria investigar o assunto.

Recebi um telefonema de Marcos Cavalcante, em nome do vice-governador Otto Alencar, perguntando-me se eu poderia receber dois assessores do vice-governador. E, naturalmente, os recebi. Recebi Ivan Barbosa e Abud que vieram para prestar os esclarecimentos que eu julgasse necessários. Eles apresentaram uma série de documentos, os quais não achei suficientes para tirar todas as dúvidas pertinentes ao caso, porque a denúncia foi grave. Eles ficaram de votar logo que tivessem a documentação necessária para que pudéssemos fazer a análise.

Quando cheguei em casa, na quinta-feira, vi em um dos blogs que o vice-governador teria me desafiado para eu convocá-lo a vir prestar esclarecimentos na comissão. Assustei-me. Na sexta-feira, ao acordar, vi, em um dos jornais, a mesma coisa: o vice-governador havia me desafiado para convocá-lo para ele vir aqui. Aliás, não é preciso nem me desafiar, porque este é o meu dever, a minha obrigação. E ele, como gestor, também, teria a obrigação de vir prestar os esclarecimentos necessários.

Dez minutos depois da leitura desse jornal, recebi um telefonema de Marcos Cavalcante dizendo que os documentos que eu havia solicitado estavam prontos e me perguntava se eu poderia receber o pessoal. Eu disse que não, porque havia recebido um desafio do vice-governador, pois o mesmo, então, seria convocado, melhor, convidado, seja o que for, para vir prestar os esclarecimentos juntamente com o Derba. Eu iria convidar o Ministério Público, convocar as pessoas que denunciaram, enfim, tomar as providências necessárias que o assunto requer. Posteriormente, disse que não receberia mais ninguém. Daí, há alguns minutos, recebi um telefonema do vice-governador Otto Alencar que me disse: “Deputado Gaban, não dei nenhuma entrevista. Estão querendo fazer intriga entre mim e o senhor. Eu estava em Brasília. Não dei entrevista a nenhum blog, a nenhum jornal, nem para ninguém.”

Até pelo bom relacionamento pessoal que sempre tive com o vice-governador, Otto Alencar, falei: “Meu prezado vice-governador, pela imprensa, então faça isso dizendo que o senhor não me desafiou e eu volto a receber o pessoal com o maior prazer.”

Este é o meu dever. Não quero, aqui, tratar de um assunto que não tenho conhecimento em profundidade, e só posso tê-lo depois do acesso a toda a

documentação que eu solicitei. Depois, o vice-governador me liga novamente dizendo que tinha ligado para o jornal, tinha ligado para o blog. Tive o cuidado de ligar para o jornal, para o blog, para a jornalista que fez a matéria, ela confirmou que ele tinha ligado. Enfim, o que ele me disse realmente o fez.

Dessa forma, a documentação foi entregue em meu gabinete na sexta-feira, em torno de meio-dia, quase no horário de encerramento, eu já tinha saído da Casa, não tive tempo de vê-lo. É apenas um esclarecimento para que não paire, sob nenhuma hipótese, a informação de que fui desafiado para convocá-lo ou convidá-lo. E até num dos blogs dizia: “Vai topa, Gaban?” É lógico que eu toparia, porque quem está sendo questionado não sou eu, quem está sendo questionado é o governo do Estado da Bahia, através do vice-governador, que acumula o cargo, e do gestor da Agerba.

Apenas para prestar os esclarecimentos para não ficar pairando aí dúvidas sobre a convocação ou não. E o desafio feito a mim, repito, foi confirmado: o vice-governador me ligou dizendo que não deu nenhuma declaração para nenhum jornal, nenhum blog, nada, me desafiando nesse momento.

Era apenas o esclarecimento que eu gostaria de deixar registrado nesta tarde.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Deputado Zé Raimundo, peço a V.Ex^a que me substitua, por favor, para que eu possa usar a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- É com muito prazer que assumo os trabalhos da direção desta sessão e passo a palavra à nobre deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, imprensa, presentes nas Galerias Paulo Jackson, ouvintes da TV Assembleia, funcionários da Casa, o nosso final de semana em Pojuca não foi muito feliz. Primeiro, há muito tempo V.Ex^{as} são testemunhas de que venho aqui clamando nesta Casa sobre o problema dos pedágios, em nível geral e regional. A comprovação disso é que nós temos sete deputados imbuídos também nesse propósito de ver como se resolve o problema desses pedágios.

Em Pojuca, temos um pedágio, no município de Mata de São João, que fica a 1Km da entrada da cidade. Pasmem, senhores e senhoras, todas as pessoas, deputado Carlos Geilson, que moram no entorno dos 3 quilômetros, depois que vão almoçar e que voltam pagam dois pedágios: o pessoal que reside, que tem colégio; o professor, o aluno, o comerciante que vem do Alto da Bela também paga o pedágio.

No Litoral Norte se paga somente um pedágio; em Pojuca, tem que se pagar o pedágio que fica em Pojuca, o pedágio que fica em Mata de São João e o pedágio que fica em Simões Filho. Realmente, é uma injustiça, porque o município de Mata de São João recebe dois milhões por ter o pedágio instalado em seu município; o município de Pojuca recebe cento e poucos mil reais.

A comunidade está sofrendo e tem razão quando reclama. Tenho batalhado aqui, não é meu estilo fazer confusão. Infelizmente, nesse País agora só se resolvem

as coisas quando se expõe a comunidade a todo tipo de risco, até de vida, de enfrentar tiros, policiais, botar fogo no patrimônio público, até em patrimônio particular.

Mas esse não é o meu feitio. O meu é de sentar à mesa, reivindicar, e é o que continuarei a fazer. Inclusive, já solicitei ao governador Jaques Wagner, ao secretário de Infraestrutura, presidente do meu partido, o vice-governador Otto Alencar, e a Agerba para fazermos uma reunião com os vereadores do Município de Pojuca. Por incrível que pareça, nunca houve lá uma solidariedade tão grande entre a Oposição e a Situação para, unidas, reivindicar aquilo que é de interesse da comunidade, sofrida e explorada. Não há cabimento numa coisa dessas.

Então, quero dizer que irei com os 13 vereadores ao secretário Otto Alencar e à Agerba, já foi reivindicada essa audiência, para que possamos, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, chegar a um denominador comum, a uma conclusão a respeito do problema do pedágio na entrada da Cidade de Pojuca, prejudicando as pessoas que residem no entorno. Que paguem só um pedágio, porque é o justo.

Sei que conto com o apoio dos Srs. Deputados, das Sr^{as} Deputadas, inclusive da deputada Luiza Maia, que também foi votada no município, das autoridades para não deixarmos aquele povo sofrer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra, por até 5 minutos, ao deputado Euclides Fernandes. (Pausa.)

Na ausência, passo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, queridos amigos, colegas da imprensa, os que nos assistem pela TV Assembleia, estamos chegando ao final do ano. Dezembro, mês da confraternização, está batendo em nossa porta. O mês de dezembro tem uma figura exponencial, muito querida, e é aguardada com muita expectativa a visita do velhinho de barba e cabelos brancos. O bom velhinho pode estar na figura do governador Jaques Wagner. O governador Jaques Wagner pode ser o Papai Noel dos servidores públicos do Estado da Bahia, que aguardam com expectativa e ansiedade o pagamento da URV.

O governador Jaques Wagner já perdeu no STF, agora só lhe resta pagar, mas fica protelando, protelando, protelando.

Imagino o governador Wagner dando essa notícia ao servidores do Estado, encarnando, com sua barba branca, o Papai Noel. Os servidores ficarão gratos, porque não é um favor que o governador vai fazer, é um direito deles o recebimento da URV.

Os deputados governistas, especialmente os do Partido do Trabalhadores, que é o mesmo partido do governador Wagner, que a propósito está em ebulição e efervescente esse momento petista. A deputada Luiza Maia defende Luiz Caetano; um grupo defende Rui Costa; e outro grupo defende Walter Pinheiro – aliás, o Líder do governo abandonou Walter Pinheiro nesse final de semana. o deputado Yulo

Oiticica defende outro grupo; e o deputado Rosemberg defende Gabrielli.

Bom, mas esse é momento lá do PT. O que peço aos deputados petistas é que encampem essa luta do servidor para que o Estado pague a URV. É um direito e não é um favor que o governador fará. A não ser que ele queira massacrar o servidor agora, não pagando ainda este ano, deixando para mais adiante, porque aí se aproxima da eleição para ver se melhora a sua imagem junto ao servidor público do Estado. A imagem do governador está muito ruim.

Ainda pegando o tempo que me resta para mostrar que o governo Wagner governa mal a Bahia. A Bahia perdeu o 6º lugar no PIB – agora é o 8º – para Santa Catarina. Santa Mãe de Deus, a Bahia perdeu para Santa Catarina! E pasmem, o Distrito Federal também passou a Bahia.

Governador Wagner que trate de correr! Trate de trabalhar, deputado Rosemberg, porque Goiás e Pernambuco também já estão no encalço da Bahia. A Bahia sempre foi um 6º lugar tranquilo, pavimentado e sossegado. E eis que na gestão do PT da Bahia ele conseguiu involuir, conseguiu essa proeza, e a Bahia já foi ultrapassada por Santa Catarina e pelo Distrito Federal.

Eu não falo de São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná, porque estavam na frente da Bahia. Agora, não só esses estados mas também se incorporam aos estados que estão na frente da nossa Bahia Santa Catarina e o Distrito Federal. É, realmente, governar mal demais. Contra a propaganda e essa insistência da invencionice que eles criaram na mídia, a Bahia vai a passos de tartaruga, a passos de cágado. Veja que tartaruga já é lenta, mas a Bahia está muito mais lenta ainda com o governo Jaques Wagner. A Bahia, que sempre ocupou o 6º lugar tranquilo, sossegado, agora já se vê em 8º lugar, ameaçada por Goiás e Pernambuco.

Governador, vamos trabalhar, vamos agilizar, vamos colocar a Bahia no caminho certo, do qual o senhor a tirou. Governador, veja se pelo menos devolva o muito que o Partido Trabalhadores tem tirado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Luiza Maia por até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde a todos! Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, Sr^a Presidenta, quero fazer da sua fala a minha. Respeito o seu estilo de luta, como V.Ex^a mesma falou, estive em Pojuca na quinta-feira, na audiência pública que tomou aquela decisão de fazer a manifestação. Acho também que é antiecológico queimar pneu na pista, mas foi a saída, presidenta, que as pessoas, os vereadores, a Câmara lotada... Foi a decisão da audiência.

Eu não tive a votação que a senhora teve lá, obviamente, mas tive os meus votinhos, me sinto também representante daquele município, e não pude deixar de participar daquele protesto. A comunidade, o município de Pojuca não acha mais um caminho, e não podemos aceitar um absurdo daquele. Isso é uma arbitrariedade. Como são dois pesos e duas medidas?

A Bahia Norte é a mesma empresa que cobra o pedágio na Via Parafuso. Ela não pode tratar certos municípios de uma forma, e outros de outra. Camaçari é privilegiada. Saímos da sede de Camaçari, pagamos na Via Parafuso, não pagamos na Cia-Aeroporto. Pojuca, se brincar, paga três pedágios, a senhora sabe disso. Paga em Mata, paga em Simões Filho e, se pegar a Cia-Aeroporto, paga novamente. Então, tem alguma coisa errada além do que a senhora retratou aqui, com muita propriedade, que é a questão do recurso; Camaçari, não sei quantos milhões, Mata de São João, e Pojuca, R\$ 120.000,00.

Uma coisa vergonha. Quero registrar desta tribuna o meu apoio, minha solidariedade a essa cidade, que sei que é da senhora também, sua luta também, da forma com que a comunidade me convocar.

Fizemos um protesto por mais de 4 horas, e foi importante. O que eles queriam? Um representante da Agerba ou da Bahia Norte para negociar com eles. Felizmente, o secretário de Infraestrutura enviou um pessoal da Agerba para conversar e, provavelmente, vamos vencer essa batalha. Acho que não é nada demais, não há nenhum exagero no que estão solicitando. A cidade de Pojuca merece ser respeitada e tratada com os mesmos critérios com que são tratados outros municípios. Mata de São João, Dias D'Ávila, Simões Filhos, todos pagam um pedágio só. Sobrou para Pojuca essa postura discriminatória.

Hoje, dia das baianas, quero também registrar o meu protesto com relação a essa história de Justiça Federal retirar as baianas de acarajé da praia. O prefeito, nosso governador, esta Casa, todas as autoridades precisam entender o que está acontecendo.

Sabemos que essas famílias, essas baianas sobrevivem, sustentam suas famílias com esses recursos, além da questão da tradição, da cultura, do patrimônio imaterial. Acho que o prefeito de Salvador, o nosso governador, esta Casa, precisam fazer uma discussão com quem deu essa autorização para retirar as baianas, no caso a Justiça federal, para que elas retornem aos seus trabalhos de forma justa, sem interferir dessa forma.

Vimos os sofrimento dos barraqueiros, juntamente com as baianas, quando da decisão de retirar todos da praia. Já houve dificuldade com a questão da Arena Fonte Nova. Agora, na areia da praia, acho que os argumentos colocados, que o óleo polui a praia, podemos ver uma alternativa para que a baiana não coloque o óleo na areia, mas precisa ser revisto.

Para concluir, nesses 20 segundos que tenho, quero parabenizar dois companheiros, o vereador Marcelino e a vereadora Naide, de Camaçari e Lauro de Freitas, pela vitória no PED, partido que tem o processo eleitoral mais democrático, que hoje já implantou a paridade para os órgãos na sua estrutura, 50% de homem, 50% de mulher, não se discute mais, 25% de jovens e negros. No que pese toda a crise, toda a confusão que fazem para criminalizar o PT, é o partido mais democrático do Brasil.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida deputada Maria Luiza Laudano, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero dividir a angústia na fala da deputada Luiza Maia com relação à Agerba.

Eu fui a Itambé, deputado Carlos Geilson, deputada Luiza Maia, e, realmente, é um negócio para nos deixar indignados. Alguns fiscais da Agerba estão extrapolando da sua posição de fiscalizar! Eu sou um defensor imenso das fiscalizações para evitar que haja transporte ilegal, mas não dá para aceitar o exagero com que alguns fiscais da Agerba têm feito isso. Já comuniquei esse fato ao governador Jaques Wagner, conversei sobre isso com o secretário Otto Alencar, que, inclusive, na minha presença, ligou para Eduardo, da Agerba, cobrando providências. Deputado Zé Raimundo, é inadmissível o fiscal exigir documentos do proprietário de um carro particular para saber se o passageiro é seu parente ou não, e, se não for parente, o proprietário, é multado. Isso não foi um estranho que me falou, foi um amigo meu que foi multado por um fiscal da Agerba, porque os passageiros do seu carro não demonstraram que eram parentes do proprietário do carro.

Imaginem se o Estado da Bahia, através da Agerba, toma uma decisão de que o motorista só pode trafegar nos seus carros com os seus parentes. Esse tipo de procedimento realizado por fiscais da Agerba é inusitado, é absurdo, é surreal. Cheguei ao meu limite, e tive de vir a esta tribuna para fazer este pronunciamento para falar a respeito da fiscalização exacerbada. Não diria exacerbada, porque a fiscalização deve ser feita com rigidez, mas não os fiscais não podem criar uma regra de que o motorista só pode transportar os seus parentes no seu carro sob a alegação de que está fazendo transporte irregular.

Um vereador da cidade de Itapetinga, ou outro vereador da cidade de Itambé ou de Ibicaraí que transporta... Às vezes, precisamos assumir, existem algumas dificuldades no transporte das pessoas doentes, e o vereador pega o seu carro para levar essas pessoas, para fazer um favor e é multado. Inclusive, veio um vereador nessa situação ao meu gabinete, e eu o levei à Agerba. Os fiscais têm feito isso! Se não é a orientação da Agerba, ela deve tomar providências! Agora, não dá para toda semana um deputado marcar reunião com o presidente da Agerba para pedir para retirar a multa que os fiscais têm aplicado aos motoristas que, às vezes, por solidariedade vai levar um doente de Itapetinga a Vitória da Conquista ou de Ibicaraí a Itabuna. Quero deixar registrado o meu protesto em relação a isso.

Uma outra questão que eu queria registrar, aqui, deputada Luiza Maia, é que, realmente, o presidente do STF tem de estar com os dias contados. Ele acabou de exigir a mudança do juiz da execução de José Genoíno e de José Dirceu, sob a alegação de que ele estava sendo condescendente, ao fazer uma análise da possibilidade de conceder a prisão domiciliar para José Genoíno. Ele acha, inclusive, que esse juiz é muito condescendente, e tinha que colocar o substituto, e mudou o substituo para tomar uma posição mais dura, ou seja, dentro de visão de exceção,

política.

Na minha opinião, eu acho – todo mundo tem feito manifestação aí, às vezes, faz contra governador, faz contra os presidentes das Assembleias – que deveríamos criar uma manifestação contra o presidente do STF, porque do jeito que vai... Não podemos aceitar que uma pessoa use a presidência de um Poder do Judiciário para tomar uma posição política, contrária a uma determinada visão de gestão do Estado brasileiro, passando por cima de tudo. É um absurdo! Deixo, aqui, o meu protesto público contra o presidente do STF.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre presidenta deputada Maria Luiza Laudano, colegas, imprensa, nossos colaboradores, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, eu gostaria de deixar aqui registrada a comemoração dos 28 anos do município de Guajeru. Quero abraçar o prefeito Gil Cangussu, nossos amigos, o vice-prefeito Fernando, os vereadores e, de modo especial, dizer que aquela cidade passa por um momento de grandes transformações com a gestão de Gilmar Rocha, do nosso partido.

Grandes obras estão sendo desenvolvidas naquele município, como a pavimentação da sede até Malhada de Pedras, a adutora do Rio do Antônio, equipamentos... Na área da Saúde, também temos a presença de uma comitiva, de uma representação muito grande dos programas estaduais e federais. Na infraestrutura rural, muitos sistemas simplificados de água, poços artesianos, além de apoio à agricultura familiar. Por isso, estão de parabéns os amigos de Guajeru.

Gostaria igualmente de dizer que nesse episódio envolvendo o Líder da Maioria, o deputado Gaban e o nosso vice-governador em torno do debate sobre a compra de equipamentos do ferryboat, e assim por diante, o que fica consagrado é o método do nosso governo, que é o da transparência. O deputado Gaban, no seu exercício natural de liderança, está fiscalizando, cobrando. E o governo, de forma muito transparente, está colocando à disposição os seus técnicos. Inclusive o próprio secretário Otto Alencar se dispôs a esclarecer tudo o que vier a ser questionado.

Isso mostra a diferença desta gestão, que tem um compromisso com a verdade, diferentemente dos governos de tempos passados, quando não se podia questionar nada e não se tinha acesso a absolutamente nenhum procedimento interno do governo. Por isso, a nossa alegria de ver mais um episódio consagrado do nosso governo demonstrando um compromisso com a verdade.

Sr. Presidente, gostaria ainda de dizer da visita que fizemos ao município de Belo Campo nesse final de semana, com muitas lideranças. Quero deixar um abraço para o nosso amigo Netinho, que foi candidato a vice-prefeito, ao nosso vereador Silvani, a várias lideranças da zona rural, ao amigo Cipó e ao companheiro Januário. Todos esses amigos estavam lá discutindo os rumos, as reivindicações municipais e, sobretudo, identificando a presença do nosso governo em ações de proteção à zona

rural e à agricultura familiar, com a abertura de poços artesianos e o sistema simplificado de água também.

Uma reivindicação que iremos encaminhar aos órgãos competentes é a extensão da rede de abastecimento da Embasa. Com a chegada da Adutora do Catulé ao município de Vitória da Conquista, a qual fornece água até Belo Campo e vai inclusive derivar uma rede ainda para Tremedal, tenho a certeza de que haveremos de atender muitas daquelas comunidades que ainda estão sem água.

Por último, Sr^a Presidente, gostaria de deixar aqui mais uma vez a reflexão e a proposta de debate sobre o Orçamento impositivo. Numa intervenção anterior, eu tinha falado que mais importante do que uma parcela dos recursos orçamentários ser distribuída para os 63 deputados seria que no Brasil inteiro, como é para a União, o Orçamento fosse feito em cima de indicadores sociais, em cima de necessidades regionais. E, no nosso caso, de necessidades municipais, localizadas. Com isso, os deputados das regiões teriam também muito a ganhar.

É claro que com o Orçamento impositivo nós podemos localizar uma necessidade e contemplá-la. Mas eu disse também, sem me referir à minha pessoa, que são tantas as demandas, que o deputado tem no final dois milhões, se for o caso, três milhões para serem rateados. Tal quantia não irá contemplar as necessidades dos municípios.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Mas, sem me referir à minha pessoa, eu disse também que são tantas as demandas que o deputado tem que, ao final, o envio da verba não é suficiente. Vejam, às vezes, são R\$ 2 ou R\$ 3 milhões para serem rateados. Tal quantia não irá contemplar as necessidades dos municípios.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Avança-se? Sim, avança-se, mas não é a solução. O melhor seria o orçamento impositivo atendendo a indicadores sociais e a necessidades estruturantes do município.

Eram essas as nossas considerações, Sr^a Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- Meus cumprimentos a Sr^a Presidente. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, funcionários desta Casa, boa-tarde.

(Lê) “No último fim de semana, muitos meios de comunicação do País divulgaram o triste vídeo de uma jovem sendo assassinada no Paraná, em seu ambiente de trabalho, pelo ex-namorado. Essa tragédia ganhou repercussão nacional e está entre as incontáveis situações de violência contra a mulher que ocorrem todos os dias.

O caso que relatei é, apenas, um dos motivos para a existência do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher celebrado nesta segunda-feira, 25 de

novembro. A data foi instituída, inicialmente, em 1981, durante o I Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, evento realizado em Bogotá, na Colômbia. Posteriormente, o dia foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, como um dia de conscientização mundial. A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal que lutaram contra o ditador Leônidas Trujillo na República Dominicana, quando foram assassinadas em 1961.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, se, em um regime ditatorial, nem o povo em geral pode se manifestar, imaginem só se os ditadores iriam aceitar que mulheres se manifestassem? As ativistas foram perseguidas pelo governo, presas e torturadas. Após serem libertadas devido à pressão popular, as irmãs foram assassinadas em um acidente automobilístico forjado. Os corpos das bravas mulheres foram encontrados no fundo de um precipício com marcas de estrangulamento e ossos quebrados.

Esse fato é lamentável e demonstra que a violência contra a mulher é algo histórico em nossa sociedade. Ao longo dos séculos, as mulheres foram consideradas inferiores aos homens sendo tratadas como mercadorias ou objetos. Tal tratamento tortuoso foi criando, na maioria da população masculina, a ideia de que o homem é o dono do corpo e da vida da mulher.

Nobres Parlamentares, muitas foram as ocasiões históricas onde as mulheres foram violentadas por se rebelarem contra as injustiças sociais cometidas contra elas. Esse conceito de violência vai além da forma física. A agressão pode ser, também, moral e psicológica, pois tais tipos de agressão ficam marcados na alma feminina.

Agressões verbais diminuem a autoestima e levam as mulheres a conviverem sob opressões, causando danos à sua saúde física e mental. Isso, também, prejudica o exercício da cidadania pela mulher por comprometer a construção de uma sociedade diversa. A violência contra a população feminina está presente nos lares, ambientes de trabalho e espaços públicos.

Um grande desafio, que temos pela frente e que estamos conseguindo vencer aos poucos, é o fato de fazer as mulheres compreenderem que elas têm os mesmos direitos que os homens. Muitas delas não têm essa consciência justamente pelo fato de terem sido educadas em meio a uma sociedade patriarcal.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todo tipo de violência deve ser combatida. A elaboração de projetos de lei, que combatam a violência contra a mulher, é a forma mais eficaz que se pode utilizar a exemplo da lei que disponibiliza o botão do pânico e da lei que oferta tratamento psicossocial aos autores de violência doméstica.

Guerrear pela causa feminina vai além de brigar por igualdade de direitos com os homens, é lutar pela vida.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Solicito a V.Ex^a verificação de quórum para a

continuidade da sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Existem apenas 8 Srs. Deputados no Plenário. Não havendo número legal para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*